



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010796-96.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisionais - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIA APARECIDA ANDRADE FERRO**
 Requerido: **SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação da tutela, proposta por **MARIA APARECIDA ANDRADE FERRO**, em face do **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE**, sob o fundamento de que adquiriu, por meio de escritura pública, o imóvel situado na Rua Bernardo Cerrutti, nº 164, prolongamento Jardim Medeiros, de Ermantina Siqueira Jacob, tendo o requerido interrompido o fornecimento de água encanada de sua residência, alegando falta de pagamento e, de forma arbitrária, vem emitindo conta mensal no valor de R\$ 145,86, sem aferição do consumo, já que retiraram o hidrômetro, em prejuízo de sua família, dentre elas uma criança pequena, privando todos do serviço essencial, motivo pelo qual requer o provimento jurisdicional, para ver regularizada a situação.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 14-32.

Houve a antecipação da tutela (fls. 33-34).

Citado (fls. 46-47), o SAAE apresentou contestação às fls. 51-59, na qual aduz, em resumo, que: **I)** o hidrômetro foi retirado por inadimplência; **II)** diante da ligação direta pelos usuários e impossibilidade de leitura real, procedeu à cobrança de acordo com a legislação vigente; **III)** o marido da requerente esteve na unidade de atendimento, onde foi informado do inadimplemento; **IV)** a autora deveria ter comparecido à unidade de atendimento com os documentos comprobatórios acerca de sua situação em relação ao imóvel; **V)** os débitos não podem se tornar inexigíveis, pois ensejaria um enriquecimento sem causa e inviabilizaria a prestação do serviço.

Juntou documentos às fls. 60-78.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A autora manifestou-se às fls. 81-83, informando novo corte, motivado por suposto inadimplemento, e apresentou réplica (fl. 91).

Documentos acostados às fls. 84-87.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhimento.

O serviço prestado no imóvel é, indiscutivelmente, de natureza consumerista. Nesse sentido, quem o utiliza (fornecimento de água/esgoto) o faz como destinatário final e, ao requerido, por sua vez, recai a natureza de fornecedor de serviços, a teor do disposto no art. 3º, do CDC. Dessa forma, a autora é parte hipossuficiente na relação de consumo, pois possui desconhecimento técnico e informativo do serviço prestado, razão pela qual a inversão do ônus da prova é medida de justiça.

O requerido não fez prova de que o registro do hidrômetro ocorreu por consumo da requerente. Demonstrou, na verdade, que interrompeu os serviços sem prévia notificação. Depreende-se, pelo documento de fl. 25, que a autora ainda não residia na Rua Bernardo Cerrutti, nº 164, prolongamento Jardim Medeiros, o que somente ocorreu a partir de 27 de março de 2014, em vista da aquisição do imóvel que, até então, pertencera a Ermantina Siqueira Jacob. Dessa forma, os débitos questionados, antes do período de utilização do serviço, são inexigíveis, devendo ser redirecionados à primitiva proprietária e sua real utente.

Frise-se que a contraprestação pela oferta de serviço de água não tem natureza jurídica de obrigação *propter rem*, sendo responsável pelo adimplemento aquele que efetivamente obtém a prestação do serviço. Se a autora e sua família ainda não residiam no local, não devem responder por débitos pretéritos. No mesmo sentido, estabelece a cláusula 3ª (fl. 24) do próprio contrato travado entre as partes.

Não pode, portanto, a usuária sofrer as consequências pelo consumo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

excessivo registrado, especialmente por período que não utilizou o serviço e deixá-la, dessa forma, sem o correspondente abastecimento de água por motivos que fogem à sua responsabilidade.

Nesse sentido já se posicionou o Colendo Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA DE DÉBITO PRETÉRITO. OBRIGAÇÃO PESSOAL, E NÃO "PROPTER REM". VÍNCULO COM O UTENTE DOS SERVIÇOS. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.
1. A obrigação de pagar o débito por consumo de serviços de água e esgoto é pessoal, relacionada ao utente do serviço e destituída, portanto, de natureza "propter rem". [grifei] (AgRg no REsp 1382326 SP 2013/0136546-0 - Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS; Julgamento: 24/09/2013.

Por outro lado, o documento de fls. 49 demonstra que o hidrômetro só foi inslatalado em 09/12/14, sendo que os documentos de fls. 85 evidenciam que, após a troca do hidrômetro o consume foi bem menor do que aquele que vinha sendo registrado pelo requerido, devendo a autora responder pelo que efetivamente consome.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, e PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos, em relação à autora, referentes ao consumo apurado em data anterior à aquisição do imóvel (27 de março de 2014) e, para o período posterior, até a religação da água, o requerido deve emitir novas faturas, considerando a média dos seis meses posteriores à instalação do hidrômetro (09/12/14), cujo pagamento é de responsabilidade a autora, permitindo-lhe o parcelamento previsto em lei.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas, na forma da lei.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 16 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**